

## O DESENVOLVIMENTO DA MARINHA BRASILEIRA E AS RELAÇÕES MILITARES ENTRE BRASIL E EUA A PARTIR DA MISSÃO NAVAL AMERICANA DE 1922

Misael Henrique Silva do Amaral\*

**Resumo:** O presente artigo pretende demonstrar a influência norte-americana sobre a Marinha brasileira a partir da Missão Naval Americana de 1922, e como o pensamento naval estadunidense norteou a Esquadra do Brasil, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, onde a aliança militar entre os dois países se estreitou. Desse modo, busca-se apresentar o processo de formação da Marinha do Brasil a partir da influência dos EUA em diversos aspectos da atividade militar naval, como o estratégico, doutrinário, ideológico e administrativo.

**Palavras-chave:** Missão Naval Americana; História Militar; estratégia naval.

**Abstract:** This article argues the American influence over the Brazilian Navy from the American Naval Mission in 1922, and as the American naval thinking guided the squad in Brazil, especially from the second, where the military alliance between the two World Wars countries has narrowed. Thus, we seek to show how our Navy was influenced by the United States on various aspects of naval military activity, such as strategic, doctrinal, administrative.

**Keywords:** American Naval Mission; Military History; naval strategy.

É importante sublinhar que, desde as primeiras décadas do século XX, buscava-se reaparelhar a Armada brasileira a fim de que ela pudesse desempenhar seu papel de assegurar a posse do “domínio do mar” em um determinado setor onde a liberdade das comunicações representaria um elemento vital para a nação, ou seja, essa área setorial abrangeria as linhas de comunicação ao longo do litoral e entre os principais portos e o estrangeiro. Assim, ao que parece, a estratégia naval desse período tinha um caráter puramente defensivo.

Araújo Neto<sup>1</sup> assinala que os pensadores navais do início do século XX entendiam que a melhor forma de defesa estratégica de um litoral seria possuir uma esquadra bem equipada e muito bem guarnecida por pessoal capacitado a fim de destruir uma esquadra inimiga, esse era o conceito da melhor defesa.

---

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – FGV). Especialista em História Militar Brasileira (UNIRIO) e em História do Rio de Janeiro (UFF). É Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval com habilitação em Mecânica e Bacharel em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (ES). E-mail: misaelhenrique@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Munteal

As experiências oriundas da história naval parecem ser a principal fonte dos estrategistas navais, e durante o início do século XX surgiram várias demonstrações dessa característica. A literatura de Alfred Mahan<sup>2</sup> que estudou o poder marítimo britânico através de sua própria história e a guerra Russo-japonesa<sup>3</sup> seriam também outros aspectos de influência sobre a estratégia naval da Marinha brasileira.

Portanto, havia já nas primeiras décadas do século XX, a preocupação das autoridades navais em se estabelecer uma estratégia naval brasileira que coadunasse com o novo cenário mundial e também buscar adquirir meios navais mais modernos, e em seguida capacitar as guarnições a operar esses navios novos, utilizando oficiais estrangeiros no adestramento, como explicitado no relatório de 1908 do Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, ao Presidente da República:

[...] os planos e propostas para os novos e modernos navios foram estudados e analisados por oficiais gerais [...] e engenheiros, aos quais foi recomendado emitir opinião a respeito, apontando as alterações que lhes afigurassem necessárias [...] e para preparar adequadamente o guarnecimento desses navios deveria se utilizar dos serviços de grande potência naval para instruir a nossa Marinha<sup>4</sup>.

Caminha<sup>5</sup> acentua que o pensamento de se ter oficiais de outras marinhas na formulação doutrinária da Armada brasileira, seria reforçado por dois motivos:

1. Os bons resultados obtidos pelo Exército brasileiro após a contratação, em 1920, da Missão Militar Francesa;
2. A crescente complexidade dos navios e engenhos de guerra conseqüente à experiência adquirida pelas potências durante as primeiras décadas do século XX e a Primeira Guerra Mundial.

É importante ressaltar ainda que o reaparelhamento da Marinha brasileira no início do século XX estava em consonância com a política externa brasileira norteadada através do Chanceler do Brasil – o Barão do Rio Branco – que via no programa naval do Brasil um instrumento importante para consecução de seus objetivos.

Assim, no dia 2 de março de 1922, após várias discussões no Almirantado e de estudos realizados pelo Estado-Maior da Armada, o Presidente Epitácio Pessoa autorizou o então Ministro da Marinha – Dr. Veiga Miranda – a dar os primeiros passos no sentido de efetivar a ideia de estabelecer uma Missão Naval. A opção foi a Marinha Americana em virtude de se

ter desde 1914 na Escola Naval de Guerra oficiais instrutores. Conforme assinala o então ministro Veiga Miranda em seu relatório ministerial:

[...] na parte do ensino (na Escola Naval de Guerra) estão sendo introduzidas sensíveis modificações pela missão americana [...] despedi-los não seria somente descortesia; seria injustiça contra quem sempre se mostrara à altura de seus deveres e de suas funções.<sup>6</sup>

Desse modo, no dia seis de junho de 1922 foi assinado em Washington, D.C, nos EUA o contrato para se estabelecer a Missão Naval Americana no Brasil. E sua influência se daria a partir da Escola Naval de Guerra, haja vista que a função desta Escola era de preparação dos oficiais para o Estado da Arte em termos de doutrinas navais e procedimentos, bem como preparar e orientar o pensamento dos oficiais para o estudo dos grandes problemas navais, de modo, a estabelecer entre eles uma perfeita unidade de vistas, da qual resultassem a formação e definição da doutrina de combate para a Marinha brasileira e também unificar e precisar as ideias profissionais de uma oficialidade articulada aos novos tempos, com intuito de tornar essa oficialidade apta para o comando na nova perspectiva da guerra no mar. Vale dizer que os oficiais norte-americanos lecionavam na Escola Naval de Guerra a disciplinas de estratégia, tática e jogos de guerra, e também a de evolução da construção naval<sup>7</sup>.

É relevante salientar que com a vinda da Missão Naval em 1922 para o Brasil, haveria uma reorganização na Marinha, sendo criadas as Diretorias Técnicas, além do que oficiais brasileiros que haviam feito cursos nos EUA teriam absorvido o pensamento Mahaniano que mais tarde influenciariam nas decisões navais. Mahan entendia a Marinha oceânica de grandes dimensões como importante instrumento da política expansionista norte-americana do final do século XIX. Cabe dizer que a Marinha brasileira adotaria a concepção de Poder Marítimo de Mahan.

O estreitamento entre a Marinha brasileira e norte-americana se daria, sobretudo, devido aos estágios e reparos de navios realizados nos EUA. Desse modo, nota-se uma alteração na inspiração da força naval brasileira da influência britânica para norte-americana desde as primeiras décadas do século XX. Nos anos 1930 durante a gestão do Almirante Protógenes Pereira Guimarães houve a contratação de mais dois oficiais para ministrarem na rebatizada Escola de Guerra Naval (EGN) os assuntos de estratégia e de tática naval. Ainda na administração do Ministro Protógenes Guimarães vale ressaltar que teve início o plano de renovação dos meios flutuantes, iniciado em 1932 e efetivado a partir de 1935, na gestão do

Almirante Aristides Guilhem, sendo que a principal característica desse plano era a ênfase na construção naval no país.

De acordo com Vidigal<sup>8</sup> a Marinha do Brasil, até as primeiras décadas do século XX, sempre fora influenciada e compelida pelo desenvolvimento do Poder Naval da Argentina e em seguida pelo Chile. Assim, para o autor a demanda do plano de reestruturação dos meios flutuantes de 1932 levava em consideração as crescentes forças navais desses dois países da América do Sul. E vale destacar que na década de 1920 toda a problemática estratégica estudada na Escola Naval de Guerra era centrada no Atlântico Sul, com suposição de oponentes sul-americanos. Estudava-se interceptação de forças navais, ações de superfície entre forças navais, proteção de transporte de tropas do Exército para o sul do país, bem como o abastecimento dessas tropas por navios, quando em operação, defesa de bases contra ataques inimigos e sua recuperação no caso de terem sido ocupadas, e conquista de bases em território inimigo. Todo esse sistema doutrinário era focado somente no Atlântico sul.

É digno dizer que o papel da Missão Naval Americana no Brasil foi extremamente favorável ao desenvolvimento da construção naval militar no país, haja vista que, devido ao empenho desta Missão, a Marinha brasileira obteve os planos de construção dos contratorpedeiros norte-americanos classe *Mahan*, como já mencionado, e que seriam os navios classe “M” *Marcílio Dias*, *Mariz e Barros* e *Greenhalgh*. E estes, segundo Telles<sup>9</sup>, seriam o principal projeto do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras (AMIC), depois Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) antes e durante a Segunda Guerra. Na verdade foram os primeiros navios de guerra modernos até então construídos no país (COZZA).<sup>10</sup>

No que tange ao pensamento naval brasileiro na década de 1930, embora estrategistas como os Almirantes Armando Vidigal e Hélio Leôncio Martins assinalem que a Marinha do Brasil somente se moldaria a estratégia focada na guerra anti-submarino no período da Segunda Guerra, percebe-se que havia indícios de que a alta administração já se preocupava com a aquisição de submarinos já na segunda metade da década de trinta, conforme já mencionamos nos relatórios do Ministro Guilhem dos anos 1937-1939, como também a preocupação em se ter contratorpedeiros a fim de atender as necessidades mínimas da esquadra, conforme discorre o Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA) ao Ministro Guilhem em seu relatório:

[...] em 1936 O ministério da Marinha teve conhecimento de que a Itália havia iniciado a construção de nove submarinos [...] e que cederia ao governo do Brasil três destas

unidades. O problema, quanto aos submarinos, havia sido resolvido satisfatoriamente [...], porém, quanto aos contratorpedeiros se apresentava mais difícil pelo tempo exigido para sua construção. [...] na impossibilidade de prontamente serem feitos outros contratos para as demais construções em virtude da guerra europeia, surgiu a iniciativa da construção de contratorpedeiros nos nossos arsenais. [...] providências foram tomadas para a obtenção dos planos americanos e para obtenção de material junto a Missão Naval Americana. [...] está assim, em realização uma parte considerável do programa a que se pretendia a administração naval <sup>11</sup>.

Portanto, embora a guerra antissubmarino e a conseqüente composição dos comboios para proteção do tráfego marítimo somente se efetivasse a partir da II Guerra, com base nos relatórios ministeriais, pode-se inferir que a Marinha já se preocupava em possuir submarinos e navios contratorpedeiros a fim de adestrar e estabelecer procedimentos para o seu pessoal, bem como na parte de planejamento da própria Marinha no que tange a sua organização operativa e logística.

Vale dizer ainda com relação à Missão Naval Americana que sua influência se faria notar na forma como utilizaríamos nossos navios, nos programas de exercícios, no emprego da artilharia, mas, sobretudo, na Escola Naval de Guerra, onde se reuniria um acervo de conhecimentos, cujos resultados seriam colhidos nos anos próximos da eclosão da Segunda Guerra (1939 -1945). A missão ainda trataria da reconstituição material da Marinha na área administrativa, com sugestões para o preparo do pessoal no setor técnico como, por exemplo, na reestruturação funcional do Arsenal de Marinha. O papel que os indivíduos da Missão desempenharam na Marinha foi “ganhando corpo” à medida que se aproximava a Segunda Guerra, adquirindo uma posição tão importante, quase que executiva em vários setores da Marinha brasileira, e mais uma vez o vetor de influência da Missão seria a Escola de Guerra naval que buscou, dentro do possível, atualizar seus currículos, percorrendo os caminhos novos indicados pelos avanços da técnica e da tática<sup>12</sup>.

Outro aspecto interessante é que, por indicação da Missão Naval Americana, ainda na década de 1930, aparecem nos currículos da Escola de Guerra Naval (EGN) o emprego intensivo da aviação – existindo uma seção somente para o estudo dessa atividade – e também a montagem da primeira operação anfíbia combinada com o Exército brasileiro e com o corpo de fuzileiros navais, e por fim a essas atualizações na estrutura acadêmica da EGN soma-se a inclusão de operações de defesa contra possíveis ataques à navegação costeira, por navios de superfície, advindos da Europa<sup>13</sup>.

Nos relatórios do Almirante Guilhem ao Presidente, dos anos 1937 a 1939, é notado o vínculo de aprendizagem e de estudo que a Escola de Guerra Naval apresentava por ocasião dos ensinamentos realizados pela Missão Naval, conforme destacou:

A Escola de Guerra Naval, fundada em 1914, vem, desde sua fundação, prestando serviços relevantes. O estudo aprofundado dos problemas estratégicos, táticos e logísticos proporcionam aos oficiais conhecimentos de grande valor na sua formação técnica, acresce que os ensinamentos obtidos pela utilização do material moderno em experiências e manobras que ainda não nos é possível realizar, ensinamentos transmitidos por oficiais americanos da Missão Naval tem concorrido para a formação de uma doutrina avançada que permite a utilização do nosso material naval dentro dos preceitos modernos<sup>14</sup>.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a influência norte-americana sobre a Marinha brasileira se intensificaria, delegando à mesma a função precípua de proteção ao tráfego marítimo no Atlântico Sul e se efetivando então o caráter estratégico da força naval do Brasil ao aspecto da guerra antissubmarino. Vale dizer que o estreitamento das relações Brasil e EUA se dariam pela confluência de interesses de ambos. Enquanto para o Brasil seria necessário estabelecer vínculos comerciais com outros parceiros, já que os principais parceiros dos anos 1920 e 1930 – os europeus – estavam isolados, e assim, o país buscava no continente americano “substitutos comerciais”. Os EUA viam no Brasil sua importância estratégica devido a posição geográfica e também como fornecedor de matérias-primas para seu esforço de guerra.

A partir da Missão Naval Americana, houve um relativo avanço nos ensinamentos acadêmicos em termos estratégicos e doutrinários, sobretudo na Escola de Guerra Naval (EGN), como também uma preocupação das autoridades navais com emprego dos submarinos, percebendo que o pessoal de bordo carecia de um melhor preparo e também de experiência na guerra antissubmarino.

A subordinação brasileira aos EUA, em termos navais, possibilitou à Esquadra brasileira fazer a guerra no mar em moldes modernos, proporcionando o contato com equipamentos de projetos recentes e sofisticados (sonar, radar etc), houve mudanças no pensamento estratégico, não mais voltado apenas para o cone sul, mas ampliando os horizontes em termos mundiais, houve ainda um despertar da vocação marítima da nação, porém as consequências desse processo seriam a total dependência em termos de material, pessoal, do sistema doutrinário e estratégico e, sobretudo, uma quase total submissão intelectual nos anos posteriores à Segunda Guerra.

O início da Guerra Fria fortaleceria novamente a aliança entre os EUA e os demais países do continente americano, concretizada desta vez por meio de dispositivos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que previa o esforço conjunto dos países do continente no caso de uma agressão externa. Marques<sup>15</sup> salienta que esse pan-americanismo chefiado pelos Estados Unidos da América era pautado nas concepções e pensamentos daquilo que ficou conhecido como a doutrina Monroe<sup>16</sup>. Importa ressaltar que o surgimento de movimentos revolucionários comunistas no cenário mundial estimulou os EUA a acentuarem a sua liderança no continente, empregando para este fim alguns recursos como a assinatura de acordos de ajuda militar com diversos países. Assim, por força do Acordo Militar assinado no início da década de 1950, O Brasil passaria novamente a receber, a preços irrisórios, navios americanos remanescentes da II Guerra Mundial. Data desta época o recebimento dos cruzadores “*Barroso*” e “*Tamandaré*”.

Flores<sup>17</sup> assinala que a concepção estratégica naval do pós-guerra era de caráter defensivo, com ênfase quase total na guerra antissubmarino. Muito embora, com relação ao Corpo de Fuzileiros Navais adotou-se o assalto anfíbio como estratégia que possui características ofensivas.

De acordo com Martins<sup>18</sup> nos anos que se seguiram após o término da guerra a Marinha se voltaria para as atividades de apoio. Desse modo, tanto na gestão do Almirante Silvio de Noronha (1946-1951) quanto do Almirante Renato Guilhobel (1951-1954) na pasta da Marinha buscou-se a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura de apoio aos meios navais, já dentro de uma concepção mais ampla sobre a necessidade de se cobrir todo o leque das funções logísticas e não somente visualizar a manutenção e reparo – atribuição específica dos arsenais – que era o que havia antes da guerra.

Os navios recebidos pelo Brasil da Marinha dos EUA do pós-guerra até meados dos anos 1950 eram, em essência, voltados para a atividade de apoio, como o navio-escola *Guanabara*, navio-tanque *Ilha Grande*, navios rebocadores de alto-mar como o *Tristão*, entre outros. Assim, pode a Marinha impulsionar as atividades de socorro e salvamento marítimos na costa brasileira. Cabe lembrar também que neste período a Marinha de Guerra participou do transporte comercial de combustíveis líquidos, em virtude da precária estrutura de transporte da Marinha Mercante, fato que só seria revertido a partir do renascimento da construção naval no país na segunda metade dos anos 1950 com o plano de metas do presidente Kubitschek e a criação do fundo de Marinha Mercante em 1958.

Nota-se que mesmo sob a influência estratégica norte-americana, voltada para guerra antissubmarino, a Marinha do Brasil procurou ampliar o espectro de sua missão, buscando desenvolver não apenas os aspectos operativos de sua tarefa, mas também aperfeiçoando sua logística, amplificando suas atribuições nos setores auxiliares, como na área de sinalização náutica - e para isso construiu nos anos 1950 no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro os navios hidrográficos Classe *Argus* – a Marinha também procurou atuar na oceanografia, no setor de salvamento e por fim na área de guarda costeira.

Cabe ressaltar que os primeiros navios recebidos pela Marinha brasileira foram sob a forma de cessão dos EUA e que posteriormente, por decisão da Marinha, seria transformada em compra, de modo a assegurar ao país o livre uso dos navios, haja vista que a aquisição sob a forma de cessão implicava em uma série de restrições ao seu emprego.

Em 1957 a aquisição do Navio Aeródromo Ligeiro *Minas Gerais* também foi algo a ser considerado para a Força Naval brasileira, ainda que com destinação à guerra antissubmarino, já seria um vislumbre da necessidade do apoio aéreo as diversas tarefas da Esquadra e, por conseguinte, a ampliação do Poder Naval brasileiro. Cabe destacar que este navio foi adquirido na Inglaterra e parece ser a partir daí que a Marinha brasileira daria os primeiros passos em direção à diminuição da dependência em relação aos norte-americanos.

Desde o fim da Segunda Guerra, as transferências de equipamentos militares para o Brasil já não atendiam as reais necessidades da Esquadra. Assim, sentimentos de decepção e de desconfiança pairavam nas instituições militares. Algumas autoridades navais partilhavam desse espírito, dentre as quais destacamos o Almirante Guillobel que foi Ministro da Marinha, durante o segundo governo Vargas (1951-1954). Sendo a sua concepção estratégica reflexo das preocupações quanto à infraestrutura de apoio na Guerra.

O recebimento de navios subsidiados pelos EUA a nossa Marinha prejudicava o desenvolvimento do setor militar naval, visto que a Esquadra brasileira apenas executava aquilo que era interesse dos norte-americanos no que tange às suas atribuições e isso incomodava algumas autoridades navais brasileiras.<sup>19</sup>

Percebe-se assim, que na década de 1950, as teses que defendiam a participação da Marinha do Brasil na defesa do tráfego marítimo e na guerra antissubmarino, apesar de ganhar mais destaque no seio dessa instituição, continuavam a ser questionadas e setores da marinha já começam a buscar alternativas para a redução da dependência militar pela qual passava a Esquadra brasileira em relação aos norte-americanos, assim iniciou-se processo de

aquisição de meios em outros países, como no caso do Navio Aeródromo Ligeiro (NAeL) *Minas Gerais*, conforme já mencionamos, e também por meio de uma política de nacionalização dos navios da Marinha brasileira com o retorno da construção naval militar no país, a partir do final dos anos 1960 com auge nos anos 1970, onde houve a construção de navios de guerra mais modernos e em sintonia tecnológica aos novos tempos, como as fragatas da Classe *Niterói*.

## NOTAS DE REFERÊNCIA

<sup>1</sup>ARAÚJO NETO, José Carlos de. *Fundamentos da formulação estratégica do programa de reaparelhamento naval brasileiro de 1906*. In: R. Mest. Hist., Vassouras, v. 13, n. 1, p. 83-104, jan./jun., 2011.

<sup>2</sup> Alfred Thayer Mahan foi almirante da marinha dos EUA. Ele buscou compreender a importância capital do mar para a grandeza das nações. Produziu sua obra a partir de um convite do almirante norte-americano Stephen Luce para lecionar na *Naval War College*, onde sua tarefa era, a partir de exemplos históricos, encontrar ligações entre a guerra em terra e a guerra no mar. As lições apreendidas dessa avaliação seriam utilizadas na formação dos futuros oficiais da marinha norte-americana. Mahan era um escritor e não um cientista. Sua reflexão e seu estudo crítico não se basearam na ciência, mas sim, numa inspiração: a centralidade do poder marítimo para a história. Sua obra mais conhecida foi publicada em 1890, sob o título “*The Influence of Sea Power upon History*”.

<sup>3</sup> A guerra russo-japonesa (1904 -1905), pondo em relevo a utilidade de uma marinha poderosa, levou as principais potências marítimas à construção de navios de grande deslocamento. E como cada uma quer a primazia no domínio do mar, construindo o Dreadnought, de 18.000 toneladas, o Japão, a Alemanha e a França, cujos orçamentos comportam largas despesas, imitaram a Grã-Bretanha. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1985.

<sup>4</sup> Extrato do relatório do Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, ao Presidente da República, Afonso Pena, datado de abril de 1908, p.7. Arquivo da Marinha.

<sup>5</sup> CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *História marítima*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

<sup>6</sup> Extrato do relatório apresentado pelo Dr. João Pedro da Veiga Miranda, Ministro da Marinha, ao Presidente Epitácio Pessoa, data 1922. P.5. Arquivo da Marinha.

<sup>7</sup> MARTINS, Hélio Leôncio. *Evolução da Política Naval brasileira entre as duas Guerras mundiais*. In: HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA. Tomo II v. Quinto. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha – Serviço de Documentação da Marinha, 1985.

<sup>8</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1985.

<sup>9</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da construção naval no Brasil*. Rio de Janeiro, FEMAR, 2001.

<sup>10</sup> COZZA, Dino Willy. *A influência da Missão Naval Americana no Brasil*. In: Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro. Serviço de Documentação da Marinha, Vol. 114, nº 10/12, Out/Dez, 1994.

<sup>11</sup> Extrato do relatório Chefe do EMA (Estado Maior da Armada), Almirante José Machado de Castro e Silva, ao Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhem, datado de 1939. p. 17. Arquivo da Marinha.

<sup>12</sup> MARTINS, op. cit. p, 35.

<sup>13</sup> COSTA, Otávio Matias. *Histórico da Escola de Guerra naval do Brasil: Subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, 1939.

<sup>14</sup> Extrato do relatório do Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhem ao Presidente da República Getúlio Vargas, datado de 1937- 1939. p. 168-169. Arquivo da Marinha.

<sup>15</sup> MARQUES, Adriana Aparecida. *Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950- 1996*. 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001.

<sup>16</sup> O célebre slogan “América para os americanos” resumia a doutrina lançada, em 1823, pelo presidente dos EUA James Monroe. Esta doutrina estabelecia como prioridade da política externa norte-americana a ampliação da influência de Washington sobre os países do continente americano, mascarada sobre a doutrina de que o

---

continente deveria ficar livre e unido contra qualquer tentativa de recolonização pelas antigas metrópoles europeias. *Ibidem*, p. 31.

<sup>17</sup> FLORES, Mário César. *O após guerra, olhando para o futuro*. In: *HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA*. Tomo II v. Quinto. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha – Serviço de Documentação da Marinha, 1985.

<sup>18</sup> MARTINS, op. cit, p. 31.

<sup>19</sup> ALVES, Vagner Camilo. *Ilusão desfeita: a "aliança especial" Brasil - Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Revista Brasileira de Política Internacional, V. 48, N°. 1, Brasília. Jan/ Jun 2005.

Recebido em: 19/08/2016

Aprovado em: 07/10/2016